

A. I. Nº. - 210573.0020/17-5
AUTUADO - CIBRAFERTIL COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES
AUTUANTE - VANDO GILVAN BATISTA SANTANA
ORIGEM - IFMT METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 11/03/2019

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0015-03/19

EMENTA: ICMS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL. FALTA DE RECOLHIMENTO. O lançamento de ofício não procede. O valor aduaneiro da mercadoria importada é encontrado a partir do seu valor, acrescido dos valores de seguro e frete internacional. O valor total da nota fiscal de importação corresponde ao total dos custos incorridos até o desembarço da mercadoria no território nacional. No caso, na DI 17/1524427-5, consta que os valores do frete e seguro internacional já estão incluídos no valor aduaneiro. Exigência descaracterizada. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 15/09/2017, exige crédito tributário no valor de R\$71.847,19, acrescido da multa de 60%, no mês de setembro de 2017, devido à falta do pagamento tempestivo do ICMS, referente à prestação de serviços de transportes de mercadorias sujeitas ao pagamento antecipado do imposto. (infração 50.04.01). Consta na descrição dos fatos, que foi constatada a falta de recolhimento do referido imposto sobre a prestação de serviço de transporte, iniciado no exterior, conforme DI 17/1524427-5, GLME 2017/15328.

O sujeito passivo apresenta impugnação fls.18/22. Registra a tempestividade de sua peça defensiva. Transcreve a infração que lhe foi imputada, com o respectivo enquadramento legal. Afirmar que apresenta impugnação ao auto de infração, pelos fatos e argumentos a seguir expostos.

Informa que a notificação referente ao presente auto de infração não foi entregue pelos Correios, nem chegou ao seu domicílio tributário eletrônico, sendo considerado revel, no PAF instaurado. Afirmar que foi considerada a ciência, no mesmo dia da expedição da notificação, jamais recebida pela Impugnante. Surpresa com a informação em sua conta corrente visitou a SEFAZ (IFMT-METRO), no dia 19/02 (segunda-feira), e na oportunidade, esclareceu tal situação.

Diz que nesta data, lhe foi dada ciência dos autos e solicitou-se a alteração do status dos créditos para suspenso, com data para apresentação de defesa por 30 dias, a partir da ciência, nos termos da lei. Desta forma, o referido prazo iniciou-se em 20/02/2018 (terça-feira), primeiro dia útil após a ciência da lavratura do auto de infração e findando-se em 21/03/2018 (quarta-feira). Tempestiva, portanto, sua defesa.

Explica que está inserida no rol das empresas que desfrutam de tradição no setor em que atua, sempre diligenciou no sentido de cumprir suas obrigações fiscais perante o Poder Público, notadamente, no tocante ao cumprimento das obrigações tributárias. Inobstante tais cuidados, a empresa foi surpreendida pela presente autuação, tendo sido imputada a infração que transcreve.

Sustenta que em que pese a enorme capacidade técnica demonstrada pelo Fiscal Autuante, a ação ora impugnada apresenta falhas formais e materiais, que ensejam a sua nulidade. Sendo assim, se

vale da presente peça defensiva, para apresentar as suas razões, as quais, amparadas por argumentos fáticos e jurídicos, demonstrarão a falha na constituição do crédito fiscal cobrado.

Menciona que conforme expressamente estabelece a Lei Complementar nº 87/96, art. 2º, § 1º, II, o serviço de transporte iniciado no exterior constitui fato gerador do ICMS. Do ponto de vista do seu aspecto temporal, considera-se ocorrido o fato gerador, no momento do ato final do transporte iniciado no exterior (art. 12, VI) e, quanto ao aspecto espacial, o do estabelecimento ou do domicílio do destinatário (art. 11, IV).

Afirma que os dispositivos citados dizem respeito à prestação de serviço de transporte, portanto, o art. 11, IV, se refere ao destinatário do serviço e não do bem transportado. Explica que destinatário do serviço, por seu turno, é quem recebe um serviço, ou seja, é quem remunera o serviço contratado. Em outras palavras, é o tomador do serviço. O legislador elegeu como marco espacial da hipótese de incidência, o estabelecimento ou domicílio do destinatário. Sobre o tema cita lição de Hugo de Brito Machado.

Comenta que o elemento espacial da hipótese de incidência, indica o lugar preciso em que é consumado o fato imponible. Se o critério espacial eleito pelo legislador não coincidir com o âmbito de validade da lei, não há falar-se em incidência do imposto. O desenho do fato gerador, nessa hipótese, não se concretiza em toda sua plenitude, como observa Geraldo Ataliba.

Aduz que para evidenciar que o serviço de transporte iniciado no exterior, cujo frete tenha sido contratado e remunerado pelo remetente estrangeiro e sendo o valor deste incluído no preço da mercadoria (cláusula CIF), como no presente caso, não é tributado pelo imposto estadual. Com efeito, a circunstância de lugar relevante para configuração do fato imponible, no dizer de Ataliba, que na hipótese é o estabelecimento ou domicílio do destinatário do serviço (tomador), verifica-se no exterior, fora do âmbito territorial de validade da lei.

Requer seja considerado nulo ou improcedente o Auto de Infração, porque evidenciado que a operação foi perfectibilizada no exterior, vez que o frete foi contratado e pago pelo remetente estrangeiro (conforme se verifica na documentação anexa), não havendo que se falar em incidência do ICMS. Espera e confia que este CONSEF saberá fazer justiça, julgando nulo ou improcedente o presente Auto de Infração.

O Autuante presta informação fiscal à fl.36. Afirma que considerando os termos da letra “b” do § 1º, inciso VI, do art. 17 da Lei 7014/96, determinando que a prestação de serviços de transportes custeada pelo remetente, integra a base de cálculo da mercadoria importada, apresenta entendimento que a razão está com o impugnante, quando afirma que por não ser a tomadora do serviço de transporte, a hipótese de incidência não se verifica no presente caso. Aponta a fl.06, condição de Venda: *Incoterm CFR – Cost and Freight*. Reproduz o citado dispositivo legal.

VOTO

O defendente alegou vícios formais no processo. Disse que não tomou ciência da ação fiscal, nem mesmo pelo DTe – Domicílio Tributário Eletrônico. Só teve conhecimento da presente autuação, quando já se encontrava como revel no cadastro da SEFAZ. Explicou que a ciência dos autos foi considerada no mesmo dia da expedição da notificação, que jamais recebeu. Acrescentou que ao procurar informações sobre a questão, na SEFAZ (IFMT-METRO), no dia 19/02 (segunda-feira), lhe foi dada ciência dos autos, retificando-se o status dos créditos para suspenso, sendo-lhe concedido o prazo para apresentação de defesa por 30 (trinta) dias, a partir da ciência da autuação.

Compulsando os autos, verifico que de fato o presente PAF contém vícios de formalidade que violam as regras estabelecidas nos arts.39 e 46 do RPAF/99, conforme transcrevo a seguir, *in verbis*:

Art. 39. O Auto de Infração conterá:

(. . .)

VII - a intimação para impugnação administrativa no prazo de 60 (sessenta) dias, com indicação das situações em que o débito poderá ser pago com multa reduzida;

VIII - a indicação da repartição fazendária onde o processo permanecerá aguardando o pagamento ou defesa;

IX - o nome, o cadastro e a assinatura do Autuante;

X - a assinatura do autuado ou de seu representante ou preposto, com a data da ciência, ou a declaração de sua recusa.

Art. 46. Na intimação do sujeito passivo acerca da lavratura do Auto de Infração, ser-lhe-ão fornecidas cópias de todos os termos, demonstrativos e levantamentos elaborados pelo fiscal Autuante que não lhe tenham sido entregues no encerramento da ação fiscal e que sejam indispensáveis para o esclarecimento dos fatos narrados no corpo do Auto, inclusive dos elementos de prova obtidos pelo fisco junto a terceiros de que porventura o contribuinte não disponha.

Da leitura dos dispositivos transcritos acima, constata-se mácula ao lançamento, que o inquina de nulidade, que, no entanto, não será decretada, nos termos do § único, do art.155 do RPAF/99, considerando que no mérito, a autuação não subsiste.

Trata o Auto de Infração de exigência de crédito tributário, devido à falta do pagamento tempestivo do ICMS, referente a prestação de serviços de transportes de mercadorias sujeitas ao pagamento antecipado do imposto (infração 50.04.01).

Analisando os elementos que compõem o presente PAF, verifico que o Autuado foi acusado de omissão do pagamento do ICMS, referente a prestação de serviços de transportes iniciado no exterior, na importação de mercadorias conforme DI 17/1524427-5, GLME 2017/15328.

No presente caso, o serviço de transporte foi iniciado no exterior, cujo frete foi contratado com cláusula CIF, conforme podemos verificar no documento à fl.06. Portanto, remunerado pelo remetente estabelecido no exterior, sendo o valor deste, incluído no preço da mercadoria.

Vale ressaltar que a base de cálculo para os impostos de importação, chamado valor aduaneiro, compreende o montante pago pela mercadoria ou produto, incluindo ainda os custos de frete e seguros internacionais, além das despesas de movimentação realizadas no porto de desembarque. Tal somatório deve ser convertido para o real com a utilização do câmbio do dia em que a importação foi registrada.

Dessa forma, para o cálculo do ICMS importação (desembaraço da mercadoria importada) usa-se as seguintes rubricas: valor aduaneiro + II + IPI + PIS + COFINS + taxas siscomex + despesas, ocorridas até o momento do desembarco aduaneiro. Portanto, no valor aduaneiro já estão incluídos custos de frete e seguro internacional. O valor aduaneiro da mercadoria é encontrado a partir do seu valor FOB, acrescido dos valores de seguro e frete internacional e que o valor total da nota fiscal de importação deve corresponder ao total dos custos incorridos até que a mercadoria esteja livre e desembaraçada no território nacional.

Da análise dos dados extraídos da Declaração de Importação 17/1524427-5 (fls. 06/07), e na Guia para Liberação de Mercadoria Estrangeira sem Comprovação do Recolhimento do ICMS – GLME observo que tais documentos expressam que os valores do frete internacional e do seguro internacional, já se encontram incluídos no valor aduaneiro.

Nesse sentido, alio-me com o entendimento do Autuante na informação fiscal pela invalidação da presente autuação, pois o Auto de Infração funda-se no equívoco fiscal da exigência apartada do frete internacional, já consignado no valor aduaneiro.

Nessa linha de entendimento, considerando que no caso em análise, a prestação de serviços de transportes na importação do exterior de mercadorias, o frete contratado foi de responsabilidade do remetente das mercadorias e já se encontra incluso no preço, não é devido a exigência do

ICMS do importador das mercadorias estabelecido no Brasil, como no caso do Autuado.

Ante ao exposto voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **210573.0020/17-5**, lavrado contra **CIBRAFERTIL COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES**.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de fevereiro de 2019.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS – RELATORA

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - JULGADOR